

"Pois o mesmo é Ser e Pensar": Nietzsche e a dinâmica da interpretação

"Because to be and to think is the same": Nietzsche and the dynamics of interpretation

Palavras chave: forças, interpretação, conhecimento.

Keywords: forces, interpretation, knowledge.

Diogo Bogéa

Professor pela UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Doutorando em filosofia pela PUC/RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

diogobogéa@hotmail.com

Resumo

Nietzsche, em seus últimos anos produtivos (1885-1888), elaborou uma concepção de mundo que pode ser caracterizada como uma "ontologia da relação". Segundo esta concepção não há qualquer ente "em si" dado *a priori*. Todo "ente" vem a ser a partir de uma configuração relacional de forças conflitantes atravessadas por um impulso irresistível de domínio (*vontade de poder*). Nosso objetivo é investigar de que maneira podemos compreender o "pensar" e o "conhecer" a partir desta concepção de mundo que elimina as noções de "sujeito" e "objeto" enquanto dados "em si". Nossa investigação terá como eixo central o conceito de *interpretação*, que tem seu sentido e sua abrangência ampliados e se torna a chave de articulação entre "ser", "pensar" e "conhecer".

Abstract

Nietzsche, in his last productive years (1885-1888), developed a worldview that can be characterized as an "ontology of relations". According to this conception there is no entity "itself" given *a priori*. Every "being" comes to be from a relational configuration of conflicting forces crossed by an irresistible domination impulse (*will to power*). Our goal is to investigate how we can understand "thinking" and "knowing" from this conception of the world that eliminates the terms "subject" and "object" while given data. Our investigation will have as central axis the concept of *interpretation*, which has its meaning and its scope expanded and becomes the articulation key between "being", "thinking" and "knowing".

O processo do *pensar* é tradicionalmente compreendido como ação de um sujeito, atividade própria do ser racional e consciente: o humano. A consciência, em geral, se confunde ela mesma com o sujeito, tomada como centro de comando, núcleo, morada do "eu". E a palavra conhecimento se refere automaticamente a uma relação entre sujeito e objeto, seja à maneira de Descartes, que concebe o objeto como realidade em si investigável e apreensível por um sujeito pensante capaz de efetivamente conhecê-lo, seja à maneira de Kant, que, com sua "revolução copernicana", inverte os termos desta equação, colocando as formas puras da intuição

sensível – tempo e espaço (KANT, 1974, p. 40) – e os conceitos puros do entendimento, ou categorias – de quantidade, qualidade, relação ou modalidade (KANT, 1974, p. 71) –, como elementos a priori, constitutivos do sujeito, determinantes do objeto observado.

“Se a intuição devesse regular-se pela natureza dos objetos, não vejo como se poderia saber algo a priori deles; se porém o objeto (como objeto dos sentidos) se regula pela natureza do nosso poder de intuição, posso então representar-me muito bem essa possibilidade. (KANT, 1974, p. 12)

“O mesmo aconteceu com os primeiros pensamentos de Copérnico, que, depois de não ter conseguido ir adiante com a explicação dos movimentos celestes ao admitir que todo o corpo de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria melhor deixar que o espectador se movesse em torno dos seus astros imóveis. (KANT, 1974, p. 12)

No caso de Descartes, a legitimidade do conhecimento é dada pelo nível de clareza e distinção de observação a que pode chegar o sujeito através da boa utilização do método e, garantida pela existência de um Deus perfeito, um terceiro termo incluído na relação, capaz de sustentar a veracidade das observações claras e distintas

Toda concepção clara e distinta é, com certeza, alguma coisa de real e de positivo, e, assim, não pode se originar do nada, mas deve ter obrigatoriamente Deus como seu autor; Deus, que, sendo perfeito, não pode ser causa de equívoco algum; e, por conseguinte, é necessário concluir que uma tal concepção ou um tal juízo é verdadeiro (Descartes, 2000, p. 301).

No segundo caso, a realidade das coisas é inapreensível, pois o sujeito, condenado às limitações intrínsecas ao seu aparelho de conhecimento, lida somente com fenômenos determinados por estas mesmas limitações, adaptados a elas, restando por trás deles a coisa-em-si inacessível. O conhecimento “só se refere aos fenômenos, deixando ao contrário a coisa em si mesma real para si, mas desconhecida a nós” (Kant, 1974, p. 13). O fato é que, tanto no conhecimento “objetivo”, quanto no “subjetivo”, o que está em jogo é uma relação entre sujeito e objeto.

O que nos interessa aqui é compreender a originalidade da concepção de Nietzsche quanto ao “conhecer” e ao “pensar”, afastando-se tanto do “objetivismo” cartesiano quanto ao “subjetivismo” kantiano. Em seus últimos anos produtivos (1885-1888), Nietzsche constrói uma concepção de mundo que poderia ser propriamente designada como uma “ontologia da relação” (MONTEBELLO, 2001, p. 22). Trata-se de uma ontologia em que “a relação” “passa ao primeiro plano” “em detrimento do ser dos metafísicos” (MONTEBELLO, 2001, p. 27). A chave para compreendermos no que consiste essa “ontologia da relação”, encontra-se no conceito de “vontade de poder”. Tendo aparecido em *Assim Falava Zaratustra* como “vontade de poder” dos homens e dos povos (NIETZSCHE, ZA, p. 58), ou seja, restringindo-se a um horizonte antropológico, ainda na mesma obra, no capítulo *Da vitória sobre si próprio* (NIETZSCHE, ZA, p. 107), o conceito tem seu âmbito de abrangência ampliado, referindo-se agora à totalidade do “mundo orgânico”, ou seja: a *vida*, isto é, todos os processos orgânicos, são compreendidos como expressão de uma *vontade de poder*. É em *Além do Bem e do Mal* que a “vontade de poder” amplia definitivamente seu âmbito de atuação, passando a aplicar-se a “toda força atuante”, a “toda

a nossa vida instintiva", a "todas as funções orgânicas" e a "todo acontecer mecânico" (NIETZSCHE, BM, § 36). Operando uma ousada unificação da física mecânica, da biologia darwiniana e das "ciências do espírito", Nietzsche compreende todo evento do mundo mecânico, orgânico ou "espiritual" (instintual, pulsional), como manifestação, expressão e efeito de *forças* conflitantes que aspiram ao poder. O mundo é compreendido como uma rede dinâmica de forças inseridas em, ou melhor, constituídas por – e constitutivas de – relações de poder – relações de dominação, de mando e obediência – que configuram sistemas hierárquicos. Segundo esse ponto de vista não há nenhum ente "em si" dado *a priori*, pois todo "ente" já consiste justamente na organização complexa de um sistema hierárquico de forças. Atravessando todo o processo, como *pathos* do comando, uma implacável *vontade de poder* anima sem cessar o jogo conflitante de forças que constitui o mundo.

Segundo essa concepção de mundo "sujeito" e "objeto" não são dados apriorísticos, não são seres "em si", não são "núcleos", não são "coisas", nem "essências", mas são já configurados a posteriori como efeito do entrelaçamento da rede dinâmica de forças que constitui o mundo. Sendo assim, não há sujeito, nem objeto e, conseqüentemente, nem pensar, nem conhecer da maneira como são tradicionalmente compreendidos.

Abandonemos o sujeito efetivante, e assim também abandonaremos o objeto no qual se efetiva. A duração, a igualdade consigo mesmo, o ser não são inerentes nem ao que é chamado de sujeito nem de objeto: são complexos do acontecer, aparentemente duráveis com relação a outros complexos (NIETZSCHE, NF/FP 9[91] do outono de 1887)

O que chamamos sujeito e objeto são apenas configurações, "complexos do acontecer", provisoriamente estáveis, resultantes da rede de forças intrinsecamente impulsionadas pela vontade de poder. Assim, como poderia haver o "pensar" enquanto atividade de um sujeito?

Aqui, em primeiro lugar, imagina-se um ato que não acontece absolutamente, "o pensar", e, em segundo lugar, imagina-se um sujeito-substrato, no qual, e em nenhuma outra parte, o pensar tem sua origem: isto é, tanto o fazer quanto o que faz são fictícios. (NIETZSCHE, NF/FP, 11[113] de novembro de 1887 – março de 1888)

E como falar em conhecer se não há também "objetos" em si conhecíveis? "A maior fabulação é aquela do conhecimento. Gostar-se-ia de saber como *as coisas em si* são constituídas: mas veja, não há nenhuma coisa em si!" (NIETZSCHE, NF/FP, 2[154] do outono de 1885 – outono de 1886).

Eliminando-se os extremos da relação – sujeito e objeto –, ficamos apenas com a própria relação, ou melhor, com o processo autoprodutivo da rede de relações de poder. Este *processo* conflituoso de dominação, aniquilação, escravização, subordinação e associação que produz os diversos arranjos de forças e as diversas configurações provisoriamente estáveis (pessoas, coisas, instituições, valores, etc) é o que Nietzsche chama *interpretação*. E este é o conceito chave que nos permite compreender o que pode significar "pensar" e "conhecer" sem a presença do sujeito.

Em primeiro lugar, é preciso que se compreenda que a palavra interpretação tem seu sentido tradicional ampliado. Não se trata de, como na compreensão habitual, imaginar a interpretação como atividade de um

sujeito, nos termos "alguém interpreta algo". Muito além disso, interpretação aqui se refere à própria dinâmica do acontecer. Como afirma Marco Antônio Casanova em seu artigo "Interpretação enquanto princípio de constituição de mundo": "*Interpretação é por isto efetivamente um meio mesmo para se assenhorar de algo: ela é o traço fundamental do movimento de realização de vida como vontade de potência*", portanto, "o que surge a partir deste assenhoramento não é outra coisa senão mundo. Interpretação é então ao mesmo tempo *princípio de constituição do mundo*." (CASANOVA, 2001, p. 45). "Contra o positivismo que fica no fenômeno só há fatos, eu diria: não, justamente não há fatos, só interpretações. Não podemos verificar nenhum 'fato em si'" (NIETZSCHE, NF/FP, 7[60] do final de 1886 – primavera de 1887). Situar todo e qualquer fato e acontecimento como "interpretação", não quer, absolutamente, dizer que "tudo é subjetivo", pois não há um sujeito que interpreta:

"Tudo é subjetivo", dizeis: mas já isso é interpretação. O "sujeito" não é nada de dado, mas sim algo a mais inventado, posto por trás. – É afinal necessário pôr o intérprete por trás da interpretação? Isso já é poesia, hipótese. (NIETZSCHE, NF/FP, 7[60] do final de 1886 – primavera de 1887)

O sujeito já é introduzido como resultado de um processo de interpretação: Não cabe "perguntar: '*quem* interpreta?', mas sim se o interpretar mesmo tem existência (mas não como um "ser": como um *processo*, um *devir*) como uma forma da vontade de poder, como afeto" (NIETZSCHE, NF/FP, 2[149]:[150]:[151]:[152] do outono de 1885 – outono de 1886). Interpretar, conseqüentemente, não é atividade de um "sujeito" qualquer, mas um processo. Não se restringe, tampouco, a alguma atividade teórica, meramente intelectual. É o processo de constituição mesmo do mundo. Uma passagem de *A genealogia da moral* é bem esclarecedora a este respeito:

algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior; (...) todo acontecimento do mundo orgânico é um *subjugare assenhorare-se*, e todo subjugar e assenhorare-se é uma nova interpretação (NIETZSCHE, GM, II, § 12)

Nesta passagem Nietzsche ainda fala em "mundo orgânico", mas, uma vez que, com a introdução da teoria das forças não se faz mais necessária a distinção rígida entre orgânico e inorgânico, podemos aplicar esta mesma lógica a tudo o que existe enquanto força em luta. Interpretar é um dominar, um subjugar, é o modo específico de efetivação da força, agindo e resistindo sobre todas as outras, buscando expandir seu poder: "cada centro de força – e não somente o homem – constrói a partir de si todo o mundo restante, isto é, mede, apalpa, forma pela sua força..." (NIETZSCHE, NF/FP, 15[118] da primavera de 1888). Ou seja, cada força, ou cada "centro de força" desenvolve sua interpretação particular exercendo seu poder sobre todo o resto das forças em jogo.

É bom lembrar que não devemos tomar a formulação "centro de força" como alguma espécie de "sujeito". Não se trata de um "centro de comando", ou um núcleo constituído a priori que, isoladamente, a partir de fora, partindo de si mesmo, interpreta o resto do mundo. "Centro

de força" é qualquer configuração de forças dominantes, num sistema constituído a posteriori como resultante do entrelaçamento conflituoso de incontáveis forças. Assim, uma célula é um centro de força, um órgão é um centro de força, um homem é um centro de força, e assim por diante, valendo o mesmo princípio para coisas, plantas, animais, ideias, valores, instituições, etc.

Cada centro de força, então, já de saída envolvido no processo interpretativo, desenvolve uma *perspectiva* própria, uma medida específica de avaliação, ação e reação em relação a todo o resto, constrói para si um mundo. "Cada centro de força tem sua *perspectiva* para todo o resto, isto é, sua *valoração* inteiramente determinada, sua espécie de ação, sua espécie de resistência" (NIETZSCHE, NF/FP, 14[184] da primavera de 1888). Há, então, uma incrível multiplicidade de perspectivas conflitantes, uma incrível multiplicidade de mundos configurados a partir de cada centro de força. "O mundo, para nós, voltou a ser 'infinito'; não podemos lhe recusar a possibilidade de *se prestar a uma infinidade de interpretações*" (NIETZSCHE, GC, § 374)

Note que, segundo esta concepção, não há um "objeto" real dado que o "sujeito" possa conhecer, nem há, por outro lado, um mundo real "X" que se esconde por trás das perspectivas particulares, uma "coisa em si" inacessível. Conceber algo dado "em si", fosse ou não propriamente conhecível, é um contrassenso numa concepção de mundo em que tudo o que há são relações de força. "A 'coisa em si' é um contrassenso. Se deixo de pensar em todas as relações, em todas as 'propriedades', em todas as 'atividades' de uma coisa, então *não* sobra a coisa" (NIETZSCHE, NF/FP, 10[202] do outono de 1887).

O mundo (...) não existe como mundo "em si"; ele é, essencialmente, mundo-relação: tem, segundo as circunstâncias, a partir de cada ponto, sua face diferente: o seu ser é essencialmente, em cada ponto, outro: ele pressiona em cada ponto, cada ponto lhe resiste (NIETZSCHE, NF/FP, 9[61] do outono de 1887)

Toda perspectiva é, portanto, necessariamente aparente, fictícia, na medida em que não pode dizer "a verdade" do mundo, pois não há um "mundo verdadeiro". O fato da perspectiva ser fictícia, não quer ainda dizer que deva ser descartada, corrigida, nem que seja mera fantasmagoria ilusória. Este raciocínio só faria sentido para a cabeça tradicional, habituada a pensar em termos de pares de opostos, a qual automaticamente, atribuindo valor maior à "realidade", se apressaria em querer descartar ou corrigir a ficção. No entanto, não é esse o caso. Pelo contrário: como não há nenhum "mundo real em si", a única "realidade" que pode haver é justamente a perspectiva, a aparência, a ficção.

O perspectivista, portanto, confere o caráter de "aparência"! Como se ainda restasse um mundo quando descontássemos o perspectivista! Com isso ter-se-ia descontado a relatividade... (...)

O "mundo aparente" reduz-se, pois, a uma espécie determinada de ação sobre o mundo, partindo de um centro.

Ora, não há nenhuma outra espécie de ação: e o "mundo" é apenas uma palavra para o jogo conjunto dessas ações. A realidade consiste exatamente nessa ação particular e reação particular de cada indivíduo em relação ao todo (NIETZSCHE, NF/FP, 14[184] da primavera de 1888)

Determinada pelo impulso da vontade de poder, a formação de uma perspectiva é resultante de um processo interpretativo, ou seja, é um ato de apropriação, dominação, ação e reação. A perspectiva, portanto, não pode ser "neutra", "objetiva", "desinteressada". Ela já é em si mesma uma maneira específica de expansão de poder a partir de um centro de força, uma expressão efetiva da vontade de poder. A grande ingenuidade do egoísmo humano é pretender que sua perspectiva seja "A Realidade", que seja capaz de capturar "A verdade" do mundo com seus sentidos apurados e sua razão superdesenvolvida. Mas não há tais coisas como "A Realidade" ou "A verdade" do mundo. Trata-se apenas de uma perspectiva necessariamente fictícia impulsionada pela vontade de poder. Na seguinte passagem, extraída de um fragmento póstumo de 1888, Nietzsche nos inflige uma verdadeira "ferida narcísica"¹ quanto às nossas pretensões de conhecer:

Não há "espírito", nem razão, nem pensar, nem consciência, nem alma, nem vontade, nem verdade: tudo isso é ficção inútil. Não se trata de "sujeito e objeto", mais sim de uma determinada espécie de animal que medra somente sob uma certa *correção* relativa, antes de tudo sob a *regularidade* de suas percepções (de modo que ela possa capitalizar experiência)...

O conhecimento trabalha como *instrumento* do poder. (...)

Sentido do "conhecimento": aqui há de tomar-se o conceito rigorosa e estritamente como antropológico e biológico (...). Para que uma determinada espécie se conserve – e cresça em seu poder – precisa compreender, em sua concepção de realidade, uma porção de calculável e invariável suficiente para que, sobre ela, possa ser construído um esquema de seu proceder. (NIETZSCHE, NF/FP, 14[122] da primavera de 1888.)

Não há nenhuma instância de subjetividade pura, em si – nem espírito, nem alma, nem pensar, nem consciência, nem razão, nem vontade individual –, nem uma verdade objetiva do mundo que possa ser captada enquanto tal por nós. Há apenas produção incessante de ficção, inútil do ponto de vista do valor de "verdade", mas sempre correspondendo a uma exigência de utilidade do ponto de vista do aumento de poder de um determinado centro de força, neste caso a espécie humana – lembrando que quando Nietzsche diz "conservação", está falando especificamente da conservação como meio para a expansão de poder e não como fim em si mesma. "Uma criatura viva quer antes de tudo *dar vazão* a sua força – a própria vida é vontade de poder –: a autoconservação é apenas uma das indiretas, mais frequentes *consequências* disso" (NIETZSCHE, BM, § 13). Neste sentido o conhecer atua tanto como um efetivo dominar, impor formas, apoderar-se, quanto como instrumento, como ferramenta para o aumento de poder da espécie.

É através da ideia de interpretação que podemos conceber o que possa ser pensar e conhecer num mundo sem sujeito. Quando digo "eu penso nisso", ou "eu conheço aquilo" trata-se tão somente da apropriação egoística de um processo muito maior que "eu". Um processo sem centro de comando e sem sede, que não controlo nem causo, mas que me constitui enquanto efeito – o processo *interpretativo*. A cabeça tradicional concebe "pensar" e "conhecer" como atividades próprias de um "sujeito" e como expressão

¹ Expressão utilizada por Freud no texto *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*, de 1917. Obras completas, volume XVII.

de uma relação determinada entre "sujeito" e "objeto". No entanto, se nenhuma das extremidades desta relação pode ser um fato externo à rede de forças, sujeito e objeto se diluem na rede, e não encontram qualquer outra definição para si que enquanto configurações resultantes das interações de poder da própria rede, só o que fica é a relação, já não entre dois termos determinados, mas entre as inúmeras e conflituosas interações de forças que configuram a rede. Ora, enquanto processos conflituosos de incessante produção de relações mútuas de dominação, apropriação, escravização, ação e reação, acumulação e expansão de poder, o conhecer e o pensar não são outra coisa senão o próprio interpretar. Conhecer e pensar, portanto, neste sentido bem específico, ou seja, enquanto interpretar, equivalem ao movimento articulatório de auto produção da rede de forças, ao processo mesmo de constituição da realidade, à própria dinâmica do acontecer.

"O que pode, todavia, ser *conhecimento?*", pergunta-se Nietzsche. E eis sua resposta: "Interpretação" (NIETZSCHE, NF/FP, 2[86]-[82] do outono de 1885 – outono de 1886). Conhecimento é o próprio processo de interpretação. O mesmo ocorre com o pensar:

"Pensar", tal como os teóricos do conhecimento supõem, não acontece absolutamente: é uma ficção arbitrária, alcançada pelo destaque de um elemento do processo e a subtração de todos os restantes; é uma preparação artificial para fins de inteligibilidade (NIETZSCHE, NF/FP, 11[113] de novembro de 1887 – março de 1888)

Na formulação simplista "eu penso nisso", destaca-se um elemento do processo interpretativo – o "eu" e o "isso" – e subtrai-se todos os outros, todas as outras relações de força nele envolvidas. Nesta outra passagem, Nietzsche enfatiza a dominação e a apropriação como principais elementos envolvidos no pensar: "'Pensar', no estado primitivo (pré-orgânico), é *impor formas*, como nos cristais – Em *nosso* pensar, o essencial é o organizar do material novo em antigos esquemas (=leito de Procusto), *o tornar igual o novo*" (NIETZSCHE, NF/FP, 41[11] de agosto-setembro de 1885). Procusto é um personagem da mitologia grega. Um bandido que, vivendo na estrada entre Mégara e Atenas, dispunha de duas camas para acomodar os viajantes que por ali passavam: uma enorme e outra bem pequena, sendo que, fazia caber seus hóspedes na primeira esticando-os e na segunda cortando-lhes os pés. Trata-se, portanto, de um processo de dominação, violento, agressivo, de expansão de poder sobre as outras forças construindo uma perspectiva própria.

Mas há um outro detalhe neste fragmento que é ainda mais interessante para a concepção que estamos formulando: a ideia de que o pensar está presente mesmo no mundo "pré-orgânico", mesmo em configurações tão menos complexas como é o caso do cristal. Vemos, então, que "pensar" não é uma atividade do sujeito, como já demonstramos, e nem sequer é uma atividade puramente intelectual, espiritual, restrita à "substância pensante". É um processo de expansão de poder que está em jogo no próprio desenvolvimento da rede de relações de força que constitui tudo o que existe. Mesmo em nosso caso particular, aquilo que habitualmente chamamos de "pensar" é um processo no qual tomam parte as incontáveis forças que nos constituem. "Nossas necessidades são *quem interpreta o mundo*", diz Nietzsche, e "cada pulsão é uma espécie de ambição despótica,

cada uma tem a sua perspectiva, perspectiva que a pulsão gostaria de impor como norma para todas as outras pulsões" (NIETZSCHE, NF/FP, 7[60] do final de 1886 – primavera de 1887). Se tomarmos essas "pulsões" que interpretam como sendo as inúmeras forças que nos constituem, podemos ter uma noção da abrangência do processo do pensar. Ora, quando o cientista vai para o laboratório ou quando nos propomos a realizar nossos trabalhos acadêmicos, ou seja, quando imaginamos que estamos, enquanto sujeitos pensantes, prontos para realizar a atividade puramente espiritual do pensar, estão em jogo ali os inúmeros fatores relacionados à nossa constituição física, as condições do clima, um determinado contexto político e sociocultural que legitima ou estimula direta ou indiretamente nossa própria área de atuação, estão em jogo também certamente todas as pequenas aventuras e desventuras emocionais da nossa vida dita "pessoal" que pretendemos deixar de lado nessa hora, enfim, tudo isso e muito mais participa ativamente do processo. Às resultantes parciais desta combinação mais ou menos caótica de forças, que se apresentam sob a forma de ideias, fórmulas, objetos ou textos, acrescentamos nossa assinatura – ou seja, desenhamos o nome que nos foi dado tão logo aparecemos no mundo e que passa a nos designar até o fim de nossas vidas como se fôssemos sempre um único "eu" – e nos apropriamos egoisticamente como autores de um processo sem dono do qual somos o efeito e não a causa. "*L'effet c'es moi!*" (NIETZSCHE, BM, § 19)

Aquela pequena parcela do processo que nos vem à consciência e que imaginamos ser a realização efetiva da atividade puramente intelectual do pensar, é na verdade a ponta do iceberg, uma série de resultantes parciais de um jogo de forças incomparavelmente mais extenso. São inúmeras as passagens em que Nietzsche insiste na superficialidade da consciência.

Mantenho a fenomenalidade também no mundo *interior*: tudo o que se nos torna *conscientes*, é, completamente, primeiro preparado, simplificado, esquematizado, interpretado – o processo real da "percepção" interna, a *unidade causal* entre pensamentos, sentimentos, desejos, como aquela entre sujeito e objeto, é completamente oculta para nós – e talvez seja uma pura ilusão. (...) *Entre* dois pensamentos entram em jogo *todos os afetos possíveis*: mas os movimentos são muito rápidos, por isso *os desconhecemos, os negamos...* (NIETZSCHE, NF/FP, 11[113] de novembro de 1887 – março de 1888)

A maior parte do pensar é inconsciente – leia-se por "inconsciente" toda a dinâmica das forças que participam ativamente em nosso modo de agir, ser e pensar, ou numa palavra, em nosso interpretar. Entre um "pensamento" e outro, está em jogo uma incrível multiplicidade de forças. "Na imensa multiplicidade do acontecer no interior de um organismo, a parte que se nos torna consciente é um mero cantinho" (NIETZSCHE, NF/FP, 11[83] de novembro de 1887 – março de 1888). "Tudo o que se torna consciente é uma manifestação final, uma conclusão" (NIETZSCHE, NF/FP, 14[152] da primavera de 1888).

A consciência é superestimada por nós como morada do espírito, como fonte de tudo aquilo que há de mais elevado, superior, a grande marca distintiva do homem. Vejamos alguns dos "erros monstruosos" enumerados por Nietzsche no que diz respeito a esta "absurda *superestimação da consciência*": "a partir dela foi feita uma unidade, um ser: 'o espírito', 'a alma', algo que

sente, pensa, quer"; "a consciência como a suprema forma alcançável, como espécie superior de ser, como 'Deus'; "o 'mundo verdadeiro' como mundo espiritual, como acessível pelos fatos-de-consciência"; "o *conhecimento* entendido de maneira absoluta como capacidade da consciência, na qual em geral há conhecimento" (NIETZSCHE, NF/FP, 14[146] da primavera de 1888). No entanto, a consciência é apenas uma ferramenta de apropriação do mundo à nossa maneira, ou melhor, de uma maneira que nos seja útil, que aumente nosso poder. Ela é resultado da sofisticação dos meios de percepção, ação e reação que constituem um centro de força.

Habitualmente, toma-se a consciência mesma como *sensorium-geral* e instância superior: todavia, ela é apenas um *meio de comunicação*: ela desenvolveu-se nas relações e com respeito a interesses de relações... 'Relações' são aqui entendidas também como as impressões do mundo externo e, de nossa parte, as reações necessárias no caso. (NIETZSCHE, NF/FP, 11[145] de novembro de 1887 – março de 1888)

O material consciente está ainda submetido ao fenômeno da "*inversão cronológica*, de modo que a causa venha à consciência mais tarde do que o efeito" (NIETZSCHE, NF/FP, 15[90] da primavera de 1888). Os efeitos nos atingem primeiro – os estímulos, perturbações, estados de espírito – e posteriormente imaginamos para eles uma causa. Assim organizamos a multiplicidade caótica de sensações numa cadeia de causas imaginárias. "O 'mundo interior' é cheio de miragens e fogos-fátuos" (NIETZSCHE, CI, VI, § 2), afirma Nietzsche. Procuramos na consciência "todos os *antecedentia* de uma ação, suas causas" e julgamos encontrar seus "motivos". No entanto, o que chamamos de "motivo" é "apenas um fenômeno superficial da consciência, um acessório do ato, que antes encobre os *antecedentia* de um ato do que os representa" (NIETZSCHE, CI, VI, § 3). Um adorno acrescentado posteriormente ao ato a fim de torná-lo representável e explicável para nós. O curioso é que tudo sucede de modo que "o ulterior, a motivação, é vivenciado primeiramente". (NIETZSCHE, CI, VI, § 4)

As ideias *produzidas* por uma certa condição foram mal-entendidas como *causas* dela. (...) A maioria de nossos sentimentos gerais – todo tipo de inibição, pressão, tensão, explosão no jogo dos órgãos, assim como, particularmente, o estado do *nervus sympathicus* – excita nosso impulso causal: queremos uma razão para nos acharmos *assim ou assim* – para nos acharmos bem ou nos acharmos mal. Nunca nos basta simplesmente constatar o fato de que nos achamos *assim ou assim*: só admitimos esse fato – dele nos tornamos *conscientes* –, ao lhe darmos algum tipo de motivação. (NIETZSCHE, CI, VI, § 4)

As causas que se atribuem ao ato ou a um "estado de espírito" qualquer são necessariamente fictícias. Estas causas imaginárias, armazenadas na memória vão se encadeando e se arrumando numa narrativa fictícia que tomamos como a "história real" de nós mesmos. A memória, de maneira inconsciente, cria vícios, hábitos de encadeamentos de causas imaginárias já fixadas, caminhos explicativos que tendem a ser novamente percorridos em situações futuras:

A recordação, que nesses casos entra em atividade sem que o saibamos, faz emergir estados anteriores da mesma espécie e as interpretações causais a eles ligadas – *não* a sua causalidade. Sem dúvida, a crença de que as ideias, os concomitantes processos conscientes tenham sido as causas é também trazida à tona pela recordação. Desse modo nos tornamos *habitados* a uma certa interpretação causal que, na verdade, inibe e até exclui uma

Trata-se em cada caso de apropriar-se do desconhecido, traduzindo-o numa linguagem familiar. O desconhecido assusta, ameaça, aguça os instintos defensivos, perturba. A maneira própria do homem, enquanto centro de força, reagir a este estado ameaçador é explicar, formular uma narrativa que domine o desconhecido exprimindo-o de uma maneira já conhecida.

Fazer remontar algo desconhecido a algo conhecido alivia, tranquiliza, satisfaz e, além disso, proporciona um sentimento de poder. Com o desconhecido há o perigo, o desassossego, a preocupação – nosso primeiro instinto é *eliminar* esses estados penosos. Primeiro princípio: alguma explicação é melhor que nenhuma. (NIETZSCHE, CI, VI, § 5)

Assim, a veracidade, ou mesmo a complexidade e a capacidade de articulação de explicação não são levadas em conta, desde que ela sirva para apaziguar, proporcionar uma sensação de aumento de poder através da dominação do desconhecido. Estas narrativas construídas pelo encadeamento de causas fictícias, armazenadas na memória, acabam se cristalizando e formando hábitos, vícios de compreensão, de explicação e, conseqüentemente, de ação e reação.

Um tipo de colocação de causas prepondera cada vez mais, concentra-se em forma de sistema e enfim aparece como *dominante*, isto é, simplesmente excluindo *outras* causas e explicações. – O banqueiro pensa de imediato no "negócio", o cristão, no "pecado", a garota, em seu amor. (NIETZSCHE, CI, VI, § 5)

Este fragmento póstumo é bastante esclarecedor e sintetiza o que acabamos de demonstrar:

Toda a "experiência interior" descansa sobre o fato de que para um estímulo dos centros nervosos procura-se e representa-se uma causa – e que primeiro venha à consciência a causa achada: quanto a isso, havemos de dizer que esta causa simplesmente não é adequada à causa real, – trata-se de um tatear pelo motivo de "experiências interiores" de outrora – isto é, da memória. A memória, porém, conserva também os hábitos das antigas representações, isto é, de suas causalidades errôneas... de modo que a "experiência interior" tem de trazer em si, ainda por cima, as conseqüências de todas as causalidades-ficções de outrora; (...)

A "experiência interior" nos vem à consciência só depois de ter achado uma linguagem que o indivíduo *entende*... isto é, uma tradução de um estado em estados *mais conhecidos* para ele –

"entender" quer dizer, simples e ingenuamente: poder exprimir algo novo na linguagem de algo antigo, conhecido (NIETZSCHE, NF/FP, 15[90] da primavera de 1888)

O mesmo princípio que atua na produção das causas imaginárias atua também em nosso processo de percepção. Todo o aparelho sensorial e intelectual do humano trabalha simplificando, organizando, impondo formas, ordenando o mundo à sua maneira. Cristalizando em unidades simples – coisas, entes, sujeitos, objetos – as complexidades de forças configuradas. Reduzindo o desconhecido ao familiar, produzimos os princípios lógicos de identidade e lidamos com o mundo como se este fosse composto por "coisas", "entes", "núcleos" fixos "em si" que estabelecem relações uns com os outros, sem nos darmos conta de que só o que há são as relações entre forças e que estas supostas unidades já são configurações

resultantes destas relações. Esta é nossa forma própria de apropriação e dominação do mundo. São inúmeras as passagens das obras de Nietzsche que insistem nesta hipótese. Encontramos uma bem ilustrativa em *Além do bem e do Mal*:

Para o nosso olho é mais cômodo, numa dada ocasião, reproduzir uma imagem com frequência já produzida, do que fixar o que há de novo e diferente numa impressão. (...) Ouvir algo novo é difícil e penoso para o ouvido; ouvimos mal a música estranha. Quando ouvimos uma língua estrangeira, tentamos involuntariamente modelar os sons em palavras que soem familiares e próximas. (...) Também os nossos sentidos são hostis e relutantes para com o novo; e já nos processos mais "simples" da sensualidade predominam afetos como o medo, amor e ódio, sem esquecer os afetos passivos da indolência. – Assim como atualmente um leitor não lê todas as palavras (e muito menos as sílabas) de uma página – em vinte palavras ele escolhe umas cinco ao acaso, "adivinhando" o sentido que provavelmente lhes corresponde –, tampouco enxergamos uma árvore de modo exato e completo, com seus galhos, folhas, cor e figura; é bem mais fácil para nós imaginar aproximadamente uma árvore. (NIETZSCHE, BM, § 192)

São inúmeros também os fragmentos póstumos a este respeito: "Não 'conhecer', mas sim esquematizar, impor ao caos tanta regularidade e formas quantas sejam suficientes à nossa necessidade prática" (NIETZSCHE, NF/FP, 14[152] da primavera de 1888);

Há uma coerção de preparar para nós um mundo no qual *nossa existênciase* torne possível – criamos com isso um mundo que é computável, simplificado, inteligível etc. para nós.

Essa mesma coerção existe na *atividade dos sentidos* que sustenta o entendimento – esse simplificar, tornar grosseiro, sublinhar e inventar sobre o qual repousa todo "reconhecer", todo poder tornar para si compreensível. Nossas *necessidades* precisaram de tal modo os nossos sentidos que "o mesmo mundo fenomênico" sempre retorna, o qual, com isso, recebeu a aparência de *realidade*. (...)

Fomos nós que criamos a "coisa", a "coisa igual", o sujeito, o predicado, o fazer, o objeto, a substância, a forma, depois de termos empreendido durante muito tempo o *equalizar*, o *tornar* grosseiro e simplificado. (NIETZSCHE, NF/FP, 9[144] do outono de 1887)

Nosso "aparelho de conhecimento", ou seja, nosso cérebro, nossos sentidos, a consciência, não foram feitos para "conhecer". Desenvolveram-se através da complexificação dos mecanismos de acumulação e expansão de poder de um determinado tipo de centro de força. "Todos os nossos órgãos e sentidos do conhecimento só se desenvolvem com referência às condições de conservação e crescimento". (NIETZSCHE, NF/FP, 9[38] do outono de 1887). Não servem, portanto, para "conhecer" o mundo tal como ele é, conforme estamos acostumados a pensar, mas sim para interpretar, apropriar, dominar, criando para nós um mundo. "Nosso aparato de conhecimento não é disposto para 'conhecimento'" (NIETZSCHE, NF/FP, 26[127] do verão-outono de 1884). "Todo o aparelho do conhecimento é um aparelho de abstração e simplificação – não voltado para o conhecimento, mas sim para o *apoderar-se* das coisas." (NIETZSCHE, NF/FP, 26[61] do verão-outono de 1884). Isso problematiza definitivamente a suposta "vontade de verdade" dos "sábios insignes" citados por Zaratustra. Nossa "vontade de conhecer" não passaria de uma manifestação da vontade de poder. "'O sentido de verdade' (...) legitima-se como meio para a conservação do homem, *como vontade de poder*" (NIETZSCHE, NF/FP, 25[470] da primavera de 1884).

Não há, portanto, em nós, nenhuma necessidade de buscar a verdade. A verdade não é um fim legítimo por si mesmo, como estamos acostumados a pensar. Nem muito menos é um fim atingível. Verdade é uma falsificação útil do mundo, um meio para a expansão de poder. "O critério da verdade está no incremento do sentimento de poder" (NIETZSCHE, NF/FP, 34[264] KGW VII 4/2, p. 71). "A 'vontade de verdade', portanto, só seria examinável psicologicamente: ela não é nenhum poder moral, mas sim uma forma da vontade de poder" (NIETZSCHE, NF/FP, 14[103] da primavera de 1888).

Cada força – não esquecendo que a força já é efeito de uma multiplicidade –, atuando sobre todas outras, resiste também à pressão que todas as outras exercem sobre ela. Intrinsecamente impulsionadas pela vontade de poder, as forças guerreiam entre si, estabelecem relações mútuas de dominação, articulam-se, entrelaçam-se em rede formando diversos tipos de arranjos e configurações de forças. Este processo conflituoso de articulação das forças em rede é o próprio processo de constituição do mundo, é o que determina a dinâmica própria do acontecer, e é também o processo de interpretação. Conhecer e pensar enquanto interpretar, correspondem, portanto, à própria dinâmica da rede de forças. Como todas as forças querem expandir seu poder ao máximo, cada uma encontra nas aspirações das outras os limites das suas próprias. Assim, cada centro de força vai até o limite em cada instante. Não havendo distância entre a força e sua efetivação, cada centro de força atinge efetivamente, em cada instante, o máximo de poder possível. É como se houvesse um cálculo do máximo de poder possível a cada instante que determina até que ponto um centro de força vai. Como não há um ser por trás do agir, este cálculo que determina o agir de um centro de força, determina também, a cada vez, e sempre a posteriori, seu ser, o que ele é. E este mesmo cálculo é uma espécie de inteligência intrínseca da rede de forças, uma forma de pensar, de conhecer enquanto interpretar, enquanto modo específico de ação e reação a partir de um centro de força. Só que este modo específico de agir e reagir é o que efetivamente determina o que um centro de força é. Não há, portanto, qualquer distância entre ser e agir, nem entre ser e pensar ou conhecer enquanto *interpretar*. Tudo se resume à dinâmica própria de articulação da rede de forças intrinsecamente impulsionadas pela vontade de poder, que é tudo o que há.

Bibliografia

CASANOVA, M. A. *Interpretação enquanto princípio de constituição de mundo*. In: cadernos Nietzsche 10, p. 27-47, 2001

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas* (Coleção Os Pensadores). Trad: Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2000

FREUD, Sigmund. *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*. Obras completas (XVII). Rio de Janeiro: Imago, 1987

KANT, I. *Crítica da Razão Pura* (Coleção Os Pensadores). Trad: Valério Rohden. São Paulo: Abril Cultural, 1974

MONTEBELLO, Pierre. *Nietzsche. La volonté de puissance*. Paris: PUF, 2001.

NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Organizada por Giorgio Colli eazzino Montinari. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1967-77. Edição francesa: *Oeuvres Philosophiques Complètes. Écrits Posthumes*. (Tomes I – XIV). Paris: Éditions Gallimard, 1977. (NF/FP)

_____. *Além do Bem e do Mal*. Trad: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2005 (BM)

_____. *A Genealogia da Moral*. Trad: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia Das Letras, 2009 (GM)

_____. *Crepúsculo dos Ídolos*. Trad: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2006 (CI)

_____. *Assim falava Zaratustra*. Trad: Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, s/d (ZA)

Artigo recebido em 13/08/2015

Artigo aceito em 15/09/2015